

**From:** [Diretoria FECAM](#)

**Sent:** Friday, April 30, 2010 9:51 AM

**To:** [PM de Curitiba](#) ; [AMAI - Ingrid Piovesan](#) ; [AMARP - Odivar Clóvis Biscaro](#) ; [AMAUC - Roberto Kurtz Pereira](#) ; [AMAVI - Agostinho Senen](#) ; [AMEOSC - Marli](#) ; [AMERIOS - Fabiane Galera Roversi](#) ; [AMESC - Jobson Martinho](#) ; [AMFRI - Célio José Bernardino](#) ; [AMMOC - Executivo](#) ; [AMMVI - José Rafael Corrêa](#) ; [AMNOROESTE - Solange A. Muller](#) ; [AMOSC - Paulo Utzig](#) ; [AMPLA Norte - Hélio Daniel Costa](#) ; [AMPLA Norte - Luiz César Batista](#) ; [AMPLASC - Neuza Maria de Souza Rauen](#) ; [AMREC - Administrativo](#) ; [AMREC - Eno Steiner](#) ; [AMUNESC - Srª Márcia](#) ; [AMUREL - Jorge Leonardo Nesi](#) ; [AMURES - Gilsoni Lunardi Albino](#) ; [AMVALI - Alessandro Vargas](#) ; [Celso Vedana - FECAM](#) ; [GRANFPOLIS - Miguel Augusto Forbeck Faraco](#) ; [andreaagustini@hotmail.com](mailto:andreaagustini@hotmail.com)

**Cc:** [AMUREL - Patrícia](#) ; [AMAI](#) ; [AMARP](#) ; [AMAUC](#) ; [AMAUC- Vanderlei](#) ; [AMAVI - Agostinho Senen](#) ; [AMEOSC - Marli](#) ; [AMERIOS](#) ; [AMFRI](#) ; [AMMOC](#) ; [AMMVI](#) ; [AMNOROESTE](#) ; [AMOSC](#) ; [AMPLA Norte](#) ; [AMPLA Norte - Luiz César Batista](#) ; [AMPLASC](#) ; [AMREC](#) ; [AMUNESC - Sidneia](#) ; [AMUREL](#) ; [AMURES](#) ; [AMVALI - Alessandro Vargas](#) ; [GRANFPOLIS](#) ; [AMAUC - Thais](#) ; [Michele - Comunicação AMMVI](#)

**Subject:** Fw: FECAM - Comunicado nº 016/2010 - CORREÇÃO

Prezados,

Antes do encaminhamento FAVOR CORRIGIR no seguinte parágrafo, a data avermelhada que está como 26/10/2010:

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em recentíssima decisão **(26/04/2010)**, manifestou-se no sentido da aplicação da referida norma proibitiva aos entes municipais para as eleições em 2010, tal como a própria FECAM já havia alertado no Comunicado nº 27, encaminhado em dezembro de 2009. Cita-se ementa e excerto da Resolução nº 7.779, do TRE/SC:

Obrigada e desculpem o equívoco.

GiSevero

----- Original Message -----

**From:** [Diretoria FECAM](#)

**To:** [PM de Curitiba](#) ; [AMAI - Ingrid Piovesan](#) ; [AMARP - Odivar Clóvis Biscaro](#) ; [AMAUC - Roberto Kurtz Pereira](#) ; [AMAVI - Agostinho Senen](#) ; [AMEOSC - Marli](#) ; [AMERIOS - Fabiane Galera Roversi](#) ; [AMESC - Jobson Martinho](#) ; [AMFRI - Célio José Bernardino](#) ; [AMMOC - Executivo](#) ; [AMMVI - José Rafael Corrêa](#) ; [AMNOROESTE - Solange A. Muller](#) ; [AMOSC - Paulo Utzig](#) ; [AMPLA Norte - Hélio Daniel Costa](#) ; [AMPLA Norte - Luiz César Batista](#) ; [AMPLASC - Neuza Maria de Souza Rauen](#) ; [AMREC - Administrativo](#) ; [AMREC - Eno Steiner](#) ; [AMUNESC - Srª Márcia](#) ; [AMUREL - Jorge Leonardo Nesi](#) ; [AMURES - Gilsoni Lunardi Albino](#) ; [AMVALI - Alessandro Vargas](#) ; [Celso Vedana - FECAM](#) ; [GRANFPOLIS - Miguel Augusto Forbeck Faraco](#) ; [andreaagustini@hotmail.com](mailto:andreaagustini@hotmail.com)

**Cc:** [AMUREL - Patrícia](#) ; [AMAI](#) ; [AMARP](#) ; [AMAUC](#) ; [AMAUC- Vanderlei](#) ; [AMAVI - Agostinho Senen](#) ; [AMEOSC - Marli](#) ; [AMERIOS](#) ; [AMFRI](#) ; [AMMOC](#) ; [AMMVI](#) ; [AMNOROESTE](#) ; [AMOSC](#) ; [AMPLA Norte](#) ; [AMPLA Norte - Luiz César Batista](#) ; [AMPLASC](#) ; [AMREC](#) ; [AMUNESC - Sidneia](#) ; [AMUREL](#) ; [AMURES](#) ; [AMVALI - Alessandro Vargas](#) ; [GRANFPOLIS](#) ; [AMAUC - Thais](#) ; [Michele - Comunicação AMMVI](#) ; [Imprensa FECAM - Jaércio](#)

**Sent:** Friday, April 30, 2010 9:13 AM

**Subject:** FECAM - Comunicado nº 016/2010

Prezados, contamos com a colaboração de vocês para o encaminhamento do assunto ao público dirigido, ok?

Sempre grata,

Giane Jacques Antunes Severo  
Tecnóloga em Processos Gerenciais  
Assessoria  
[secretaria@fecam.org.br](mailto:secretaria@fecam.org.br)  
48 3221 8808  
[www.fecam.org.br](http://www.fecam.org.br)

"Antes de imprimir pense em seu compromisso com o Meio Ambiente."

---

## Comunicado nº 016/2010

Aos: **Senhores prefeitos, procuradores gerais dos municípios e executivos de associações de municípios.**

Referente: **Condutas vedadas em ano eleitoral.**

A Federação Catarinense de Municípios – FECAM na busca de auxiliar os gestores públicos municipais vem novamente ressaltar que desde 1º de janeiro de 2010 determinados atos administrativos encontram-se proibidos, em decorrência do início do ano eleitoral. As proibições constam na Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), na Resolução/TSE nº 23.191 (condutas vedadas para as eleições de 2010) e na Resolução/TSE nº 23.089 (calendário eleitoral de 2010).

Dentre as inúmeras condutas vedadas a serem observadas, uma delas requer especial atenção dos gestores públicos e procuradores municipais. Trata-se do artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/97:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

§ 10. No ano em que se realizar eleição, **fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública**, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em recentíssima decisão (26/10/2010), manifestou-se no sentido da aplicação da referida norma proibitiva

aos entes municipais para as eleições em 2010, tal como a própria FECAM já havia alertado no Comunicado nº 27, encaminhado em dezembro de 2009. Cita-se ementa e excerto da Resolução nº 7.779, do TRE/SC:

“CONSULTA – PREFEITO – LEGITIMIDADE – CONHECIMENTO – CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO – ART. 73, § 10, DA LEI DAS ELEIÇÕES – VEDAÇÃO À AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS AOS ADMINISTRADOS EM ANO ELEITORAL, AINDA QUE SE TRATE DE PLEITO ESTADUAL – RESPOSTA NEGATIVA.  
(...)”

Com essas considerações, conheço da consulta e a ela responder que a conduta vedada prevista no art. 73, § 10, da Lei das Eleições, não contém restrição quanto ao seu alcance, **sendo aplicável a todos os agentes públicos da esfera municipal, estadual e federal, independentemente da circunscrição do pleito** (estadual, municipal ou federal), nos termos acima consignados.” (rel. Juiz Rafael de Assis Horn, por maioria, datado de 26 de abril de 2010)

Destacamos que nem todas as proibições eleitorais estendem-se às administrações públicas municipais. Existem situações em que a conduta vedada é restringida à circunscrição do pleito eleitoral, como é o caso do artigo 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/97. Assim, determinadas condutas vedadas não se aplicam aos municípios em 2010, em decorrência das eleições darem-se no âmbito da União, Estados e Distrito Federal. Nesse sentido já decidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina:

“CONSULTA – PRESENTES PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE – AUMENTO SALARIAL – PRAZO PARA A SUA CONCESSÃO A SERVIDORES MUNICIPAIS EM ANO ELEITORAL.

As normas contidas no art. 73, inciso VIII, da Lei 9.504/97, aplicam-se apenas a circunscrição do pleito. Desta forma, **para as eleições de outubro próximo, o prefeito municipal e a administração municipal estão fora da vedação contida no citado inciso, sendo-lhes possível proceder a revisão da remuneração dos seus servidores.**” (Resolução nº 7.049, rel. Juiz André Mello Filho, julgado em 30/04/1998) (No mesmo sentido: Resolução 7.169, rel. Juiz Antônio Fernando Amaral e Silva e Resolução nº 7.369, rel. Juiz Rodrigo Roberto da Silva)

Desta forma, destacamos o cuidado que os gestores públicos devem ter neste ano eleitoral, atentando-se para as vedações constantes na legislação eleitoral, em especial as arroladas no artigo 73 da Lei nº 9.504/97. As principais regras eleitorais constam do Calendário Eleitoral das Eleições de 2010, expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (Resolução nº 23.089), e disponível no site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br).

Imprescindível aos gestores públicos a busca de informações junto aos procuradores municipais, aptos a analisarem a legalidade dos atos administrativos no caso concreto. Da mesma forma, a FECAM coloca seu departamento jurídico à disposição para qualquer esclarecimento.

Florianópolis, 28 de abril de 2010.

**CELSO VEDANA**  
Diretor Executivo

**MARCOS FEY PROBST**  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 20.781